

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais

Juliana Gonzaga Jayme

A PROSTITUIÇÃO FEMININA NO CENTRO DE BELO HORIZONTE:
trabalho, identidade e espaço público

Belo Horizonte

2022

Juliana Gonzaga Jayme

**A PROSTITUIÇÃO FEMININA NO CENTRO DE BELO HORIZONTE:
trabalho, identidade e espaço público**

Relatório de Pesquisa apresentado à Pró-Reitoria de
Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais.

Belo Horizonte

2022

Sumário

1. Apresentação e discussão sucinta dos principais resultados obtidos	4
1.1. Introdução	4
1.2. Guaicurus e adjacências: a configuração da zona no centro de Belo Horizonte.....	7
1.3. Trabalho sexual e estigma	9
1.4. Trabalho sexual, ativismo e parcerias na região da Guaicurus.....	13
1.5. Conclusão: ativismo e resistência	22
1.6. Referências	27

1. Apresentação e discussão sucinta dos principais resultados obtidos

1.1. Introdução

Este estudo visou dar continuidade a diferentes pesquisas que realizei na região central de Belo Horizonte em geral e, particularmente, com as trabalhadoras sexuais, mas objetivava, especificamente, retomar uma pesquisa realizada com profissionais do sexo (cisgêneras¹) na região da Rua Guaicurus (hipercentro de Belo Horizonte), entre 2009 e 2011 e financiada pelo CNPq² e pela FAPEMIG³. O projeto buscou investigar, à luz da discussão relativa aos estudos de gênero, as relações das profissionais do sexo dessa região da capital de Minas Gerais com o território de trabalho e com a identidade profissional, num contexto em que estavam sendo realizados projetos de requalificação urbana na região central, que, de algum modo, poderiam ameaçar a manutenção do trabalho sexual no espaço.

Naquele projeto, investigou-se se e em que medida a construção de uma identidade profissional, de *trabalhadora/profissional do sexo, prostituta, puta* ou *garota de programa* – para ficar apenas com algumas de uma miríade de definições⁴ – favorecia a organização em coletivos e/ou associações que, naquele caso específico, contribuiria para uma agenda de reivindicações ligadas à manutenção da *zona* na região, que, historicamente, é um espaço de prostituição na cidade, mas também uma região visada por políticas de intervenção urbana tipicamente higienizadores, que buscam retirar o trabalho sexual dali.

Vale aqui um adendo: o Movimento de Prostitutas remonta à década de 1980, e é bastante atuante, mas, como é óbvio, não é um movimento homogêneo. É possível afirmar que há consensos, mas também dissensos dentro do movimento e há, por outro lado, certa resistência de trabalhadoras sexuais em entrar para o movimento, seja nas associações, seja em coletivos, por conta do estigma ligado à profissão. Muitas mulheres escondem da família e de amigos o seu trabalho e, dessa forma, não querem “mostrar a cara”. Sobre o tema ver, entre outros, MORAES (2020), HELENE (2017), RODRIGUES (2021).

No caso da pesquisa realizada em 2011, ficou claro que as trabalhadoras sexuais da

¹ Grosso modo, cisgênera é uma mulher que nasceu com vagina e se expressa socialmente como mulher, é percebida como mulher e se reconhece como mulher. O termo se contrapõe a transgênera, mulher que nasceu com pênis, mas se reconhece como mulher. A região da Guaicurus em Belo Horizonte, tradicionalmente abrigava apenas mulheres cisgêneras como prostitutas. Mas desde 2014 há hotéis que recebem apenas mulheres trans e travestis (BARRETO, 2015).

² Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 57/2008. Mulheres da Zona Grande: negociando trabalho, identidade e território.

³ Processo APQ-01829-0. Trabalho sexual, identidade e ocupação de espaços no hipercentro de Belo Horizonte.

⁴ Embora as mulheres se reconhecessem como trabalhadoras sexuais, nem sempre se definiam assim. Meretriz, autônoma, self-service foram algumas das definições encontradas na pesquisa realizada entre 2009 e 2011.

região da Guaicurus se organizavam frente à eminência de crise imediata. Um caso, tomado como mítico naquela época e que elas sempre contavam, se referia à ameaça do fechamento de todos os hotéis⁵ da região. As mulheres, então, desceram para a rua com roupa de trabalho (lingerie), mas usando máscara, já que a maioria não queria/podia ser reconhecida. Na manifestação, afirmavam que caso os hotéis fossem fechados, elas fariam ponto na rua, à luz do dia (JAYME, et all., 2013). Na época em que foi realizada a pesquisa, entretanto, apesar de certo receio da retirada dos hotéis devido à possibilidade de gentrificação⁶, as trabalhadoras sexuais pareciam não acreditar que aquilo de fato fosse ocorrer, e, talvez por isso, não vissem a necessidade de mobilização. Desse modo, apesar de haver duas associações na época – a Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig) e a Associação das Profissionais do Sexo⁷ – poucas mulheres participavam das reuniões propostas, especialmente pela Aprosmig, já que a APS, na época, não estava muito atuante, tendo deixado de existir pouco depois.

Hoje, no entanto, houve mudanças de fôlego em relação à organização das trabalhadoras sexuais. Além da Aprosmig, que funciona na Rua Guaicurus e tem uma atuação importante, os coletivos *Rebu* e *Clã das Lobas* são muito atuantes, como será discutido ao longo deste texto. Além dos coletivos e da Aprosmig, funciona ali o Projeto *Diálogos pela Liberdade* (antiga Pastoral da Mulher Marginalizada).

A pesquisa aqui proposta, buscou compreender se houve mudança significativa na atuação dos coletivos e da Aprosmig e, talvez mais importante, se havia maior ressonância do movimento em relação às trabalhadoras sexuais da região da Guaicurus. Para tanto, a proposta era realizar uma etnografia na região, utilizando técnicas de observação direta, entrevistas e conversas informais com trabalhadoras sexuais e com as profissionais do sexo ligadas aos coletivos e à Associação. No entanto, a pesquisa teve início no mesmo mês em que a epidemia de Covid 19 foi considerada pandemia pela OMS e, em Belo Horizonte, foram fechados os serviços não essenciais, entre os quais, os hotéis da região da Guaicurus.

Em um primeiro momento, decidi esperar a reabertura, me ocupando de pesquisa e revisão bibliográfica. No entanto, como se sabe, a pandemia seguiu e vivemos momentos de fechamento e abertura durante três anos. Os hotéis da Guaicurus permaneceram fechados durante certo tempo e, mesmo quando reabriram, foi difícil realizar a etnografia, até porque as

⁵ No hipercentro de Belo Horizonte, embora haja prostituição nas ruas, a maior parte das mulheres esperam os clientes em hotéis, como será explicado a seguir.

⁶ Gentrificação é entendido aqui como um fenômeno físico (reabilitação urbana), econômico (presença do mercado imobiliário) e sociocultural (transformação da composição sociocultural dos bairros). É um processo de transformação de centros urbanos que substitui substituição os usuários de baixa renda pelos das camadas mais altas (ZUKIN, 2000; LEITE, 2002; SMITH, 2006; CALVACHE, 2010).

⁷ A Associação das Profissionais do Sexo não existe mais e, em 2011 era pouco atuante. Ver JAYME et all, 2013.

prostitutas tinham receio de ampliar as relações sociais face a face. Paralelamente, a Aprosmig e os coletivos *Rebu* e *Clã das Lobas* realizaram diferentes ações em prol das profissionais do sexo que estavam sem trabalhar. Foram feitas campanhas para doação de cestas básicas, fraldas para os/as filhos/as que nasciam, enxoval de bebê etc.

Com a impossibilidade da etnografia, a partir das minhas relações com as diretoras dos coletivos, comecei a fazer entrevistas on line, por meio de aplicativos como o *google meet* e o *whatsapp*. Realizei algumas entrevistas, mas com as mulheres que atuavam nos coletivos ou com quem elas indicavam, o que resultou em certo viés, pois não consegui entrevistar mulheres que não tivessem alguma ligação com os coletivos. Dessa forma, não foi possível perceber se a ressonância do movimento na região da Guaicurus mudou da pesquisa anterior para esta. Enfim, o objetivo deste relatório é apresentar e discutir alguns achados da pesquisa, com base na discussão das ações propostas pelos coletivos, pensando também nas limitações do campo devido ao isolamento social e da própria pesquisa, que acabou “ouvindo” mais as trabalhadoras sexuais ativistas, não abarcando a heterogeneidade dessas mulheres.

Nos momentos em que os dados da contaminação se mostravam favoráveis e as pessoas se sentiam mais seguras, participei de *eventos* ou me encontrei presencialmente com algumas trabalhadoras sexuais. Os eventos foram os 40 anos da atuação da Pastoral da Mulher (e depois *Diálogos pela Liberdade*) entre as trabalhadoras sexuais de Belo Horizonte, um curso de cosméticos, promovido pelo *Clã das Lobas* e o *Putá Day*⁸ de 2022. A participação nos eventos foi sempre muito rica, porque esse tipo de acontecimento permite, além da observação (e participação), conversas informais sobre o tema da pesquisa com as trabalhadoras sexuais participantes. Além disso, foram analisados *posts* dos coletivos ou de suas diretoras no *Instagram*. Nesses posts, os principais temas sempre foram as campanhas de arrecadação de dinheiro ou alimentos para as trabalhadoras sexuais cis e transgêneras, a importância da regulamentação do trabalho sexual, o combate ao estigma e as disputas com as feministas abolicionistas, denominadas *radfem* ou apenas *rad*, pelas trabalhadoras sexuais.

Este relatório está dividido em cinco subtópicos, além desta introdução e da conclusão. No próximo tópico, intitulado Guaicurus e adjacências: a configuração da *zona* no centro de Belo Horizonte, será descrita a região da *zona* no centro de Belo Horizonte e a forma como ela se configura. Em seguida, discutirei sobre o estigma ligado à prostituição. Os dois últimos

⁸ Dia Internacional da Prostituta. Em 2 de junho de 1975, mais de uma centena de trabalhadoras sexuais fizeram uma manifestação em Lyon, França, ocupando a Igreja Saint Nizier, com o objetivo de explicitar a violência que elas e suas famílias sofriam pelo estigma ligado à prostituição. No Brasil, a data é celebrada em diferentes cidades. Em 2020 e 2021 não houve celebração em Belo Horizonte, devido ao isolamento social.

tópicos, 3.4 e 3.5 estão centrados no ativismo, na discussão da identidade e nas ações dos coletivos na pandemia, quando estarão presentes os achados da pesquisa.

1.2. *Guaicurus e adjacências: a configuração da zona no centro de Belo Horizonte*

A região da Rua Guaicurus, ou apenas, Guaicurus, é formada pelas ruas Guaicurus⁹, Caetés, São Paulo, Rio de Janeiro e Avenida Santos Dumont, e se situa próximo à Estação Ferroviária (Praça da Estação), e à Rodoviária (Praça da Rodoviária) de Belo Horizonte. A figura 1 mostra a região. Marquei desde a Rua Oiapoque, para explicitar que há hotéis de prostituição para além do *quadrilátero* da zona.

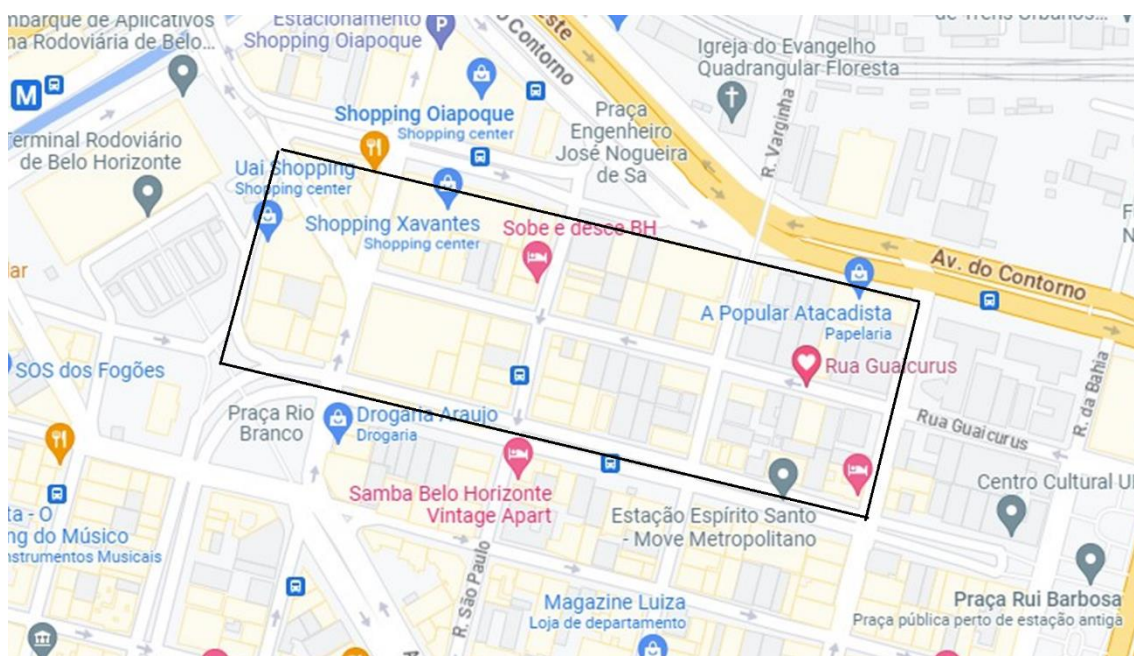


Figura 1. Retirada do google maps com intervenção da autora

Se a região central de Belo Horizonte abriga o trabalho sexual desde as primeiras décadas do século XX, nos anos 1950, o poder público regulamenta a região da Guaicurus, que estava desvalorizada, como o espaço da *zona boêmia*. (BARRETO, 2015)

Na região, o trabalho sexual, em geral, não é realizado nas ruas, mas em hotéis¹⁰, onde as mulheres pagam uma diária dividida em dois turnos, de 8 às 16 horas e de 16 às 23 horas¹¹ —, e, muitas vezes, não inclui roupa de cama e banho. Em alguns hotéis, se a mulher paga a

⁹ Mas há hotéis em outras ruas, como a Oiapoque.

¹⁰ Há ponto de prostituição na rua, especialmente na Praça da Rodoviária. As mulheres que ficam por ali, geralmente o fazem por não ter como pagar a diária dos hotéis.

¹¹ O horário dos turnos pode ter alguma diferença consoante o hotel. Mas, de todo modo, há a diária que tem início de manhã e a que tem início de tarde e segue até de noite.

diária inteira, pode dormir no quarto, mas não há programa de madrugada. Em geral, as mulheres que dormem nos quartos são as que vêm de fora de Belo Horizonte e passam um tempo por aqui ou que moram longe do centro e passam a semana no hotel. Nesse caso, reservam os quartos e, para isso, precisam pagar mesmo que não façam programa (BARRETO, 2015). A qualidade dos hotéis varia, como também o valor da diária. Alguns não têm banheiro dentro dos quartos, apenas uma pia e por vezes, também vaso sanitário, mas sem um cômodo separado.

Como as mulheres pagam ao hotel a diária, não há a figura de um rufião que ganha comissão pelos programas. Elas fazem quantos programas puderem/quiserem. No entanto, as diárias são caras e, como aponta Letícia, é tema de discussão entre elas:

A diária é uma questão de embate entre prostitutas e gerentes e donos de hotéis. Muitas argumentam que o valor é alto demais, o que dificulta seus ganhos, e que deveria haver exceções, como não cobrar no dia em que está menstruada ou no domingo, ou haver diferença de valores entre o início e o final do mês (período em que conseguem menos clientes). Algumas acham que esta deveria ser uma das lutas da Aprosmig, frequentemente as que se envolvem pouco em suas atividades, embora outras destaquem que isso é impossível, pela relação de controle que os donos mantêm (...) Outras, principalmente as mais novas (que costumam fazer mais programas por dia, chegando até a cerca de 50) e as que se prostituem em outros locais e cidades, consideram que é um aspecto positivo a existência da diária, pois não perdem dinheiro a cada programa, mas apenas nos primeiros. (BARRETO, 2015, p. 82-83).

Os hotéis são conhecidos como *sobe e desce* – pela entrada discreta com uma escada que leva aos quartos. Na porta, há um funcionário (segurança) que controla a entrada. Não entram menores de 18 anos. Além dessa escada, há, normalmente dois ou três andares, sendo que o terceiro, quando há, pode ter um bar. Os quartos são distribuídos em um ou dois andares e as mulheres ficam na porta ou dentro, mas com a porta aberta, vestidas, geralmente, com lingerie. O valor do programa é negociado na porta, diretamente com os clientes. (FREITAS, 1985; BARRETO, 2008; JAYME, et al, 2013). Há cabines eróticas e sex shops na região, além de comércio que não está voltado para o trabalho sexual, como bares, lanchonetes, sacolão, lojas de roupa, tênis, comida, atacados, entre outros.

Abaixo a foto da escada de um hotel.



Foto: Larissa Andrade

Antes as trabalhadoras sexuais trans e travestis faziam ponto na rua, especificamente na Avenida Santos Dumont. Os hotéis aceitavam apenas mulheres cisgêneras¹². Com as obras do Move, começaram a aparecer hotéis. Atualmente há quatro funcionando. Mas esse número também varia.

Um aspecto importante relacionado à região da Guaicurus se refere à heterogeneidade das mulheres que ali trabalham. Embora exista uma ideia de que a região abriga mulheres mais velhas e distantes do padrão de beleza (magra, branca, jovem), o que se vê por ali são mulheres de diferentes idades, corpos, raça. Como afirmei no início deste relatório, a pesquisa empírica para este trabalho foi prejudicada pela pandemia e acabei conversando com poucas mulheres e todas, de algum modo, ligadas aos coletivos. No entanto, nos eventos que consegui ir, o *Putá Day*, a Oficina de cosméticos promovida pelo *Clã das obas* e uma festa de aniversário do *Projeto Diálogos pela Liberdade*, essa heterogeneidade se evidenciou. Letícia Barreto (2015, p. 89) corrobora essa afirmação ao comentar das mulheres que entrevistou para a sua tese: “As mulheres são as mais variadas. Novas, velhas, bonitas, feias, classe baixa, classe média, brancas, negras, gordas, magras, para todos os gostos”.

1.3. *Trabalho sexual e estigma*

Apesar de ser alardeado como a profissão mais antiga do mundo, sabemos que o trabalho sexual, na maioria das vezes não é considerado trabalho. Essa representação se dá no senso

¹² Já houve casos em que um ou outro hotel alugava quarto para uma travesti.

comum, em movimentos de esquerda e de direita, entre algumas feministas, em grupos religiosos e em vertentes da teoria feminista. Nessa perspectiva, a prostituição é percebida como opressiva, não sendo possível imaginar consentimento em uma relação sexual comercial. Assim, as prostitutas seriam sempre oprimidas, devendo ser “resgatadas” da prostituição (PISCITELI, 2005; RIBEIRO, 2015).

As trabalhadoras sexuais com quem já conversei em mais de 10 anos de pesquisa, revelam que não podem ser consideradas como vítimas. Embora muitas digam que vão deixar esse trabalho, que *estão na zona por um tempo*, todas explicitam que, mesmo sabendo que o seu trabalho é precário, escolheram fazê-lo. Não estão ali obrigadas. Além delas, há trabalhadoras sexuais que escrevem sobre o tema e evidenciam o que está sendo dito, como Monique Prada (2018), Amara Moira (2016) e Gabriela Leite (2009).

Uma das questões que envolvem a perspectiva abolicionista e a ideia de que o trabalho sexual não deve ser visto como trabalho, portanto, deve se manter desregulamentado é justamente a manutenção do estigma que contribui também para a própria precarização do trabalho e de práticas violentas contra as prostitutas. Algumas feministas, que se autodenominam radicais – embora nem todas que se denominam dessa forma sejam abolicionistas –, além de não reconhecerem a prostituição como trabalho, chegam a afirmar que essa prática poderia ser considerada como “estupro pago”, entre outras denominações:

É comum essas feministas utilizarem termos como “escravas sexuais”, “mulheres prostituídas”, “vítimas” ou “sobreviventes” para se referirem às mulheres que exercem a prática da prostituição. Os clientes, por sua vez, são conotados como “agressores” ou “predadores sexuais” (RAMALHO, 2012, p. 68).

As trabalhadoras sexuais rejeitam com veemência essa ideia, e afirmam que isso aumenta o estigma em torno do trabalho sexual.

Silvia Federici, feminista que analisa o capitalismo e o trabalho reprodutivo aponta para essa questão, ao problematizar a perspectiva abolicionista da prostituição no feminismo. Para a autora, tal perspectiva seria também uma questão de classe. Em uma entrevista ao *EL Diario*, a autora afirma:

Quando se diz às mulheres que “a venda do sexo é a forma mais degradante de” se ignora que na sociedade capitalista somos obrigadas a vender muitas partes de nós. (...) É melhor vender seu cérebro? Parece-me que esta é uma visão muito limitada, que também ignora o fato e a forma como as mulheres têm sido excluídas nesta sociedade, de seu acesso aos recursos que as permitem sustentar-se, ser autônomas, não depender. As mulheres sempre necessitaram vender sua vida, vender seu corpo. No matrimônio, quantas mulheres se casaram não por amor, mas por necessidade econômica? Quantas mulheres se casaram e vivem com um homem que não querem?

O abolicionismo é uma prática que divide as mulheres, que seleciona o que podemos e o que não podemos vender, e que, em última análise, peca por moralismo¹³. (FEDERICI, entrevista. Disponível em www.eldiario.es/illes-balears/sociedad/silvia-federici-pensadora-feminista-sociedad-capitalista-obliga-vender-partes_1_10085986.html Acesso em 04/04/23)

Além da discussão proposta por Federici, essa abordagem do trabalho sexual pelas *feministas abolicionistas* acaba por retirar qualquer agência das prostitutas, vistas sempre como vítimas da sociedade patriarcal que, em hipótese alguma escolheram tal ocupação. Também é comum que as trabalhadoras sexuais não sejam aceitas como feministas. No entanto, há trabalhadoras sexuais que se autodenominam feministas ou putafeministas e essas mulheres muitas vezes participam do movimento das prostitutas, seja em Associações ligadas à Rede Brasileira de Prostitutas, em coletivos ou em ONGs.

As ativistas buscam articular as trabalhadoras sexuais na luta por seus direitos, por melhores condições de trabalho e no combate ao estigma da profissão. Monique Prada, ativista e que escreveu o livro *Putafeminismo*, publicado em 2018, problematiza em seu trabalho as ideias abolicionistas e afirma que o estigma de puta age não apenas sobre as trabalhadoras sexuais, mas sobre todas as mulheres. De acordo com Juliana Sulz e Frederico Cardoso (2019), Prada teria como interlocutor oculto o feminismo radical, que se opõe ao trabalho sexual e à pornografia, práticas que, ao objetificar a mulher, reforçaria o patriarcado e o sexismo. Para as ativistas, essa narrativa só reforça o estigma em torno do trabalho sexual, o que é nocivo, inclusive, porque quanto mais estigmatizado, mais fácil de se tornar escondido, subterrâneo e ainda mais precário. Muitas trabalhadoras sexuais escondem sua ocupação justamente para escapar do estigma. Com isso, também podem perder força de reivindicação de direitos.

Em uma entrevista de Judith Butler a Gayle Rubin, publicada nos *Cadernos Pagu* (RUBIN, BUTLER, 2003), Rubin comenta que quando escreveu *Thinking Sex* (RUBIN, 1984) queria chamar atenção para o fato de que não apenas o gênero, a classe e a raça, mas também a sexualidade deveria ser pensada como um vetor da opressão, justamente porque existe

¹³ Tradução livre. Cuando se dice a las mujeres “la venta del sexo es la forma más degradante de” se ignora y se olvida que en la sociedad capitalista estamos obligados a vender muchas partes de nosotros. (...) ¿Es mejor vender tu cerebro? Me parece que es una visión muy, muy limitada que también ignora el hecho y la forma en la que las mujeres han sido excluidas en esta sociedad, de su acceso a los recursos que les permiten sustentarse, de ser autónomas, de no depender. Las mujeres siempre han necesitado vender su vida, vender su cuerpo. En el matrimonio, ¿cuántas mujeres se han casado no por amor, sino como necesidad económica?, ¿cuántas mujeres se han casado y viven con un hombre que no quieren? El abolicionismo es una práctica que divide a las mujeres, que selecciona lo que podemos vender y lo que no y que al final peca de moralismo.

perseguição sexual. Naquele texto, Rubin (1984) afirma que os atos sexuais são avaliados por meio de uma hierarquia de valores, que ela chamou de pirâmide sexual. No topo dessa pirâmide estão os casais heterossexuais monogâmicos e na base transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores/as do sexo. Ou seja, as pessoas, grupos, cujas práticas sexuais diferem da norma. É evidente que os grupos da base da pirâmide são excluídos e perseguidos. O sexo comercial, por exemplo, é criminalizado em alguns países e, no caso do Brasil, embora a prostituição não seja ilegal, a “exploração do lenocínio” é, o que, de acordo com as/os trabalhadoras/es sexuais é um problema, já que essa lei, torna o próprio trabalho delas criminalizado, além de impedir o vínculo empregatício com o/a proprietário/a das boates, casas ou hotéis de prostituição e a possibilidade de exigência de direitos.

Para o feminismo radical abolicionista, que recupera ideias dos anos 1970, é as mulheres são oprimidas devido ao regime patriarcal (SAMY, 2018). A autora afirma que esse feminismo se opõe à prostituição e à pornografia, exatamente porque essas práticas reforçariam a dominação patriarcal além de erotizar a dominação masculina. Nessa visão, ser prostituta não seria uma escolha, portanto, viola os direitos das mulheres que se envolvem com tal prática. Isso porque, a sexualidade, no sistema patriarcal, seria a principal fonte da dominação masculina. Nesse sentido, prostituição não pode ser pensada como trabalho e as prostitutas seriam, todas, mulheres abusadas. Esse discurso, de acordo com as trabalhadoras sexuais, seria moralista, porque há diferentes trabalhos precários que não entram na agenda desse movimento como algo que deve ser extirpado.

Diante do exposto, percebe-se que o trabalho sexual é uma atividade estigmatizada e tal estigma vem de diferentes grupos da sociedade, como as feministas abolicionistas, alguns setores da esquerda, da direita, e de diferentes religiões, mesmo que tais grupos não necessariamente percebam que sua perspectiva de “resgate” das prostitutas possa ter esse efeito discriminatório.

Por ser estigmatizada e, daí, deteriorada (GOFFMAN, 1988), é comum que as trabalhadoras sexuais escondam sua atividade da família, de amigos/as, e mesmo de desconhecidos/as, como prestadores/as de serviço, já que a elas são atribuídos outros males, tais como a disseminação de doenças. O movimento das prostitutas – via Associação (APROS), coletivos ou redes internacionais –, busca discutir também a importância do autorreconhecimento como trabalhadora sexual, porque isso possibilitaria ações que levariam à reivindicação de seus direitos, por exemplo, o direito ao trabalho regulamentado.

1.4. Trabalho sexual, ativismo e parcerias na região da Guaicurus

Como foi apontado na introdução, esta pesquisa objetivava analisar a atuação de coletivos e da APROSMIG e a sua ressonância nas trabalhadoras sexuais que atuam na região da Guaicurus. A questão surgiu porque em pesquisa anterior, percebi que embora a APROSMIG organizasse diferentes ações em prol das prostitutas (não apenas da Guaicurus, mas de Minas Gerais), tendo conseguido inclusive uma sede na própria rua Guaicurus, havia certo temor de diferentes trabalhadoras em se expor devido ao estigma e à discriminação dele resultante. Com isso, apesar de todas as interlocutoras daquela pesquisa conhecerem a Associação, uma minoria se engajava nas ações pelo receio de serem reconhecidas (JAYME at all, 2013).

Em pesquisas posteriores, porém, comecei a perceber certa mudança na região, inclusive com o surgimento de outros coletivos, como o *Filhas da Luta*¹⁴, o *Rebu*¹⁵ e o *Clã das Lobas*, além de uma movimentação diferente que buscava, de algum modo, chamar atenção para a região da Guaicurus como um espaço de lazer, não apenas sexual, mas também gastronômico, além de espaço de memória. O *movimento Distrito Guaicurus*, idealizado por Flávio, um dos herdeiros de um hotel da rua Guaicurus. Na página do facebook do *Distrito* lê-se:

Tradicional região boêmia de Belo Horizonte, nos últimos anos a Guaicurus vem sendo revitalizada através de iniciativas diversas (ASPROMIG, Associação de Amigos da Guaicurus, carnaval, Museu do sexo, Shoppings da região, etc.). Com a intenção de preservar e valorizar a mais tradicional Zona Boemia de Belo Horizonte acreditamos que para este Projeto se concretize pressupõe-se uma composição entre o poder público, a iniciativa privada, a comunidade acadêmica e a sociedade civil, estabelecendo uma sinergia que beneficie a todos os envolvidos e mude para melhor o quadro atual da Rua Guaicurus e seu entorno. (Disponível em [\(15\) Movimento Distrito Guaicurus | Facebook](#))

O *Distrito*, que teve início em 2017, organizava passeios na região aos sábados pela manhã. A “excursão” tinha início na cobertura de um hotel, com uma conferência sobre a história da Guaicurus e do hipercentro de Belo Horizonte, exibição de fotos antigas e recentes e roda de conversa. Dali saiam em um passeio exploratório pelo quadrilátero da prostituição, com parada no hotel que ele herdou, quando o grupo ficava em um dos quartos, assistindo a algum filme e conversando, enquanto pequenos grupos (4 ou 5 pessoas) andavam pelos corredores do hotel. Dali, mais um passeio pela região, e o fim era um almoço em um restaurante que funciona dentro de um hotel e cuja cozinheira foi trabalhadora sexual durante anos.

No início, quem dava a conferência era o próprio Flávio, mas sempre havia

¹⁴ Que não existe mais.

¹⁵ O Coletivo Rebu, embora ainda exista, não tem realizado muitas ações no ano de 2023.

trabalhadoras sexuais que participavam da conversa. Depois de um tempo, o coletivo *Clã das Lobas* passou a organizar os passeios. Eu participei de três edições e o público que foi nas três, era composto por pessoas que aparentavam ser de camada média, majoritariamente brancas, havendo sempre professores/as e estudantes universitários/as, mas não apenas.

Com o isolamento social decorrente da pandemia de Covid 19, naturalmente o projeto paralisou e até então não foi retomado. No entanto, o hotel que Flávio herdou em geral aparece como parceiro nos dias de eventos propostos pelos coletivos e pela Aprosmig, como o *puta Day*, 2 de junho, e o dia 1º. de dezembro, dia de combate ao HIV-AIDS, além de organizar exposições no hotel.

A página do facebook *Movimento Distrito Guaicurus* (<https://www.facebook.com/distritoguaicurus>) ainda existe, mas a última publicação foi em junho de 2022, sobre o *Putá Day* daquele ano. Já a página do instagram ([Distrito Guaicurus \(@distritoguaicurus\) | Instagram](https://www.instagram.com/distritoguaicurus)) continua ativa e muitas das suas publicações se referem ao trabalho sexual em geral, e na região da Guaicurus especificamente.

Além dos Coletivos e do *Movimento Distrito Guaicurus*, que não existiam na pesquisa de 2009, uma outra diferença importante, foi a mudança de nome, mas também de orientação, da *Pastoral da Mulher Marginalizada* para *Diálogos pela Liberdade*. A Pastoral iniciou suas atividades em 1982 na cidade de Belo Horizonte, quando a zona boêmia central funcionava majoritariamente nos bairros Bonfim e Lagoinha. Quando as mulheres foram para a região da Guaicurus, a Pastoral se mudou para lá e funciona, ainda hoje, em uma galeria com entrada pela Rua Guaicurus e pela Avenida Santos Dumont. Passou a se intitular *Diálogos pela Liberdade* em 2016. Desde 1982, a coordenação é do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor.

A mudança de nome, de acordo com o ex-coordenador do Projeto, José Manuel, vincula-se de fato a uma mudança de perspectiva. Se nos primeiros 20 anos, o foco da pastoral era contribuir para que as mulheres deixassem a prostituição, a partir de 2005, houve uma reavaliação. Em suas palavras:

“[...] a Pastoral da Mulher, por determinação própria, decidiu fazer uma parada para reavaliar tudo o que foi feito, consultar tudo o que foi feito com as próprias mulheres, com os voluntários, com os profissionais externos: olha, como podemos melhorar nosso trabalho? Então, aí, realmente se faz uma reviravolta. Se contrata profissionais fixos. Antes eram unicamente voluntários, que iam e voltavam, não tínhamos sistemas integrados. Aí em 2005, 2006, começa esse processo. E se observa que a saída da prostituição para esse processo sendo uma opção para umas poucas mulheres não responde nem ao desejo, nem é à possibilidade da maioria. Então, aí, o objetivo muda um pouco. O objetivo consiste em melhorar as condições de vida delas, independentemente de que queiram sair, focado no tema de direitos e cidadania e no tema da saúde, e na promoção da formação, capacitação. Esses são os objetivos que

ainda hoje mantemos. (José Manuel, entrevista, 8/02/17)

Se esse processo de revisão de objetivos tem início no ano de 2005, o nome foi modificado apenas em 2016, quando a equipe decidiu por um que fosse mais neutro e explicitasse o trabalho daquele momento, voltado para o diálogo com aquelas mulheres, embora, ele deixe claro, que não se trata de uma negação ao nome pastoral, apenas a busca de maior vínculo do nome com a maneira como eles atuavam:

Nós tínhamos, durante 2012 a 2014, dentro da pastoral, um pequeno projeto que era de sensibilização contra o preconceito, focado na sociedade, que era de sensibilização sobre a realidade das mulheres que exercem a prostituição e de sensibilização contra o tráfico de seres humanos. O nome do projeto era Diálogos pela Liberdade. Porque se baseava no diálogo. Diálogo com as mulheres, diálogo com os donos de hotel, diálogos com a sociedade. Então adotamos esse nome, e Oblata. Oblata porque é a entidade que alimenta, que financia esse projeto, a Congregação das Irmãs Oblata. Então é Oblata – Diálogos pela Liberdade. Esse é o novo nome. (José Manuel, 8/02/17)

O projeto *Diálogos pela Liberdade*, de fato, mudou sua orientação se compararmos a pesquisa realizada em 2009 com a de agora. Apesar de ainda denominar as trabalhadoras sexuais como mulheres que vivem em *situação de prostituição*, como se lê em seu site¹⁶, também tem uma parceria com o Coletivo *Clã das Lobas* e, mais do que isso, explicita nos textos e vídeos disponibilizados em seu site, uma perspectiva diferente. Na aba *Nossa Causa*, do site lê-se:

[...] o Projeto “Diálogos pela liberdade” busca superar visões distorcidas, moralistas e preconceituosas sobre as garotas de programa, que acabam por colocá-las como “vítimas” ou “coitadinhas”, reduzindo-as aos aspectos de fragilidade e impotência e imobilidade, o que também proporciona violações de direitos. (...) O trabalho sexual é uma atividade – como muitas outras – que também pode ser perigoso e cansativo. Mas existe uma série de problemas específicos. A violência contra a prostituta é poucas vezes reprimida pelas autoridades. A organização irregular, juntamente ao preconceito que sofrem, as situam em uma zona de penumbra quando se trata de seus direitos. Estes direitos são frequentemente violados pelos donos dos locais e por outras pessoas que lucram, direta e indiretamente, com o trabalho sexual. (Disponível em <https://dialogospelaliberdade.oblatassr.org/nossacausa/>)

Aqui, já se percebe que a prostituição é representada como trabalho e que não se deve tratar as prostitutas como vítimas que devem ser resgatadas. Ainda nessa aba, o texto evidencia que o estigma dirigido às trabalhadoras sexuais vincula-se à estrutura assimétrica de gênero, a partir da qual, as mulheres são colocadas em um lugar de subordinação.

¹⁶ <https://dialogospelaliberdade.oblatassr.org/>

Além dos textos, as campanhas gráficas modificaram. Abaixo, reproduzo duas peças que trazem as palavras das trabalhadoras sexuais da Guaicurus sobre estigma, uso de preservativo, violência e a reivindicação do tratamento da prostituição como trabalho, que é:



MUITAS VEZES, AS PROSTITUTAS SÃO ROTULADAS DE TRANSMISSORAS DE HIV. SERÁ QUE ISSO É VERDADE?

Palavras das Garotas dos Hotéis da Guaicurus:

"A gente não tem noção de quantos homens vêm nos hotéis que são soropositivos. Hoje mesmo eu fiz um programa com um cliente antigo e ele propôs, porque ele é cliente de sete anos, que a gente abrisse mão do preservativo. Eu olhei para ele e falei: você está louco, você bebeu? Que aconteceu com você, meu filho?"

"Aidética... Eu contrai o vírus da AIDS por causa de um estupro, ao contrário do que as pessoas pensam por eu ser prostituta. Eu estava indo para casa com uma colega; estava tarde e um homem se vingou por ter contraído a AIDS e eu fui uma das suas vítimas..."

"Então meu bem, se eu estou aqui, sem dinheiro, e você me oferece um tantinho a mais pra eu ficar. Se eu aceitar com você, eu aceito com qualquer outro. Para e pensa se sua vida vale a pena por uma relação?"

POR QUE OS HOMENS CONTINUAM PEDINDO/INSISTINDO EM FAZER PROGRAMAS SEM CAMISINHA?

VOCÊ SABIA QUE A PROSTITUIÇÃO NÃO É CRIME E ESTÁ NA CBO (CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES)?

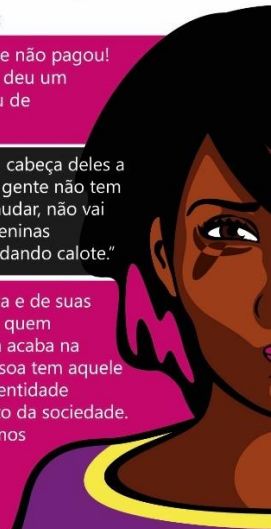
Ainda assim, a sociedade associa a prostituição à marginalidade e vadiagem. A atividade se sobrepõe à pessoa e esta é vista por preconceitos que a desqualificam: "mulher de vida fácil", "vadia" e outros termos que acabam expondo a mulher à exclusão, violência e humilhação.

A Voz das Garotas da Guaicurus:

"Você fez um programa comigo e não pagou! Ele ficou quieto, fechou a mão e deu um soco na minha cara; e me xingou de puta barata".

"Eu falo para os meus clientes: na cabeça deles a gente é uma máquina de sexo. A gente não tem sentimento. Enquanto isso não mudar, não vai acontecer nada. Vão continuar meninas apanhando, vai continuar cliente dando calote."

"O medo é tanto! Medo da família e de suas repressões. Tanto a igreja quanto quem contrata os serviços da prostituta acaba na rua discriminando a gente. A pessoa tem aquele medo de se revelar, esconde a identidade profissional devido ao preconceito da sociedade. Somos mulheres, mas não podemos aparecer como prostituta. Aí nos colocamos à margem, o que gera mais violência."



Retirado de <https://dialogospelaliberdade.oblatassr.org/campanhas/vida-melhor/pecas-da-campanha/>

O site do projeto conta ainda com vídeos sobre as trabalhadoras sexuais, muitos com depoimentos delas próprias, a revista em quadrinhos, *As garotas do hotel*, além de textos e fotos de eventos.

Comecei a perceber a mudança de orientação da antiga pastoral, já naquele momento, projeto *Diálogos pela Liberdade*, em 2017, quando participei como conferencista em uma mesa redonda de um seminário sobre estigma e prostituição, promovido pelo *Diálogos*. Na programação, havia três mesas redondas, uma composta por pesquisadores/as do tema, uma composta por participantes do projeto e uma, denominada "Luta por direitos das organizações de trabalhadoras sexuais", apenas prostitutas. Nessa mesa participaram Monique Prada e Santuzza Souza, representando a CUTS (Central Única das Trabalhadoras Sexuais), Cida Vieira, representando a Aprosmig e Lucimara Wienisky, pelo coletivo Filhas da Luta. Lucimara e Santuzza, na época trabalhavam nos hotéis da Rua Guaicurus. No seminário foi exibido o filme *Batom com preconceito – comparando as putas com a gente?*, realizado pelo Projeto, cujo enredo era a conversa entre duas amigas, uma trabalhadora sexual e uma (dona de casa).

No filme, a dona de casa (que não sabe que a amiga é prostituta) comenta que uma puta foi estuprada na zona, como se não se tratasse de violência. Abaixo um trecho do diálogo:

— E Ana, violência é violência, se coloca no lugar delas. Não interessa se a mulher é dona de casa, empresária, prostituta ou lavadeira...
 — Você tá comparando as putas com a gente? (...)
 — Agora dizer que o direito das mulheres não serve pras prostitutas é um absurdo! É fazendo isso que eu pago as minhas contas. E o corpo é meu. Eu não tô fazendo mal pra ninguém. E assim como eu, tem várias outras por aí. Somos mulheres e fazemos programas, sim! Mas também somos cidadãs, mães, temos família e direitos, como todos vocês. Agora, como garota de programa eu deixo de ser tudo isso? Meu bem, o meu trabalho é só uma parte da minha vida” (Batom com Preconceito. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JBfaa8iWdWw>)

Houve mudança também, de acordo com José Manuel, no público que frequenta a sede do *Diálogos pela Liberdade*. Se antes, as mulheres mais velhas iam mais, a partir de 2014, 2015, começaram a frequentar meninas mais jovens, que também tinham demandas diferentes e afirmavam que não deixariam o trabalho sexual. Para ele, isso também contribuiu com o processo de transformação que culminou na troca de nome do projeto. Ao ser perguntado sobre a mudança das atividades propostas pela *Diálogos*, ele afirma:

As atividades que desenvolvemos e que têm mais acolhida por parte delas são as que são pontuais e específicas como, por exemplo, auriculoterapia. [...] acupuntura, auriculoterapia. Serve para aliviar determinados problemas de saúde. Cada dia vem 3, 4. Durante o ano foram 490 mulheres só para a auriculoterapia. Além de proporcionar um alívio físico do problema, ajuda muito a conversar e a tocar em temas pessoais. E tem o toque, né? Que é muito importante. Então isso elas vêm porque é algo que é pontual, não precisa marcar. Porque o atendimento psicológico tem, mas muitas vezes precisa marcar. A auriculoterapia elas chegam e “ah, preciso, você pode agora?”. É algo imediato. E o resultado é imediato também. E muitas vêm para isso. Outra coisa semelhante que funciona, também é do mesmo tipo, é o telecentro de informática. Ali vem muitas mulheres só para ver a internet, as redes sociais, resolver algum problema com algum órgão público, ver um currículo. Mas também é a mesma coisa: elas podem vir a qualquer momento e recebem também o benefício de imediato. E é assim praticamente com tudo. (José Manuel, 8/02/17)

Diante dessas mudanças, meu objetivo com esta pesquisa era analisar se, devido à própria mudança de orientação da antiga *Pastoral da Mulher Marginalizada*, a presença de coletivos na região, para além da Associação de Prostitutas, as trabalhadoras sexuais não ativistas passassem a participar mais ativamente das discussões sobre o trabalho sexual.

Infelizmente, como foi apontado, a pandemia teve um impacto importante para o trabalho sexual e, mesmo que os hotéis voltassem a funcionar, houve uma queda no movimento, não apenas pelo medo do contágio, mas também porque a economia foi muito afetada.

Em relação à pesquisa empírica, não era possível fazer etnografia em período de isolamento social, e as entrevistas só poderiam ocorrer de forma remota, via computador e/ou telefone celular. Mas era muito difícil encontrar trabalhadoras sexuais sem estar onde elas estão, desse modo, meu contato permaneceu apenas com as mulheres ligadas aos coletivos e com aquelas indicadas por elas e que topassem ser entrevistadas on line, o que significava também usar os seus dados de internet.

1.4.1. 2022: a retomada dos eventos na Guaicurus

Como foi apontado anteriormente, participei, com a minha bolsista de iniciação científica de três eventos nos anos de 2022. O aniversário de 40 anos da Pastoral da Mulher Marginalizada (hoje *Diálogos pela Liberdade*), o *Putá Day* e uma oficina de aromaterapia realizada pelo *Clã das Lobas*.

A oficina de aromaterapia ocorreu no quarto de um dos hotéis da região adaptado para o evento. Participaram cerca de 10 trabalhadoras sexuais cis e transgêneras. Durou o dia todo com um intervalo para almoço, quando foi servida uma galinhada. Aprendemos a fazer água perfumada para borrifar em lençóis, creme hidratante, entre outros. Idealizado por trabalhadoras sexuais, as oficinas não tinham como intuito retirá-las da prostituição. Elas poderiam fazer os produtos para vender, obviamente, mas sempre pensavam nisso como uma complementação da renda. No entanto, pelas conversas, ficou explícito que usariam nos programas. Mais de uma delas comentou que além de ficar com a pele macia e cheirosa, poderiam perfumar os lençóis, borrifando a *água perfumada* que fizeram lá.

Eu e Larissa Andrade (bolsista de Iniciação Científica) participamos da oficina como alunas e também fizemos nossos produtos. No início, algumas mulheres que não nos conheciam pareciam incomodadas com nossa presença, mais tarde, já estavam pedindo opinião de cores para a embalagem e de cheiros a serem usados. Não conversamos sobre os temas da pesquisa, mas ficou explícito que aquelas mulheres, em sua maioria, não eram militantes. Percebi que, como na pesquisa anterior, era comum que muitas trabalhadoras fossem à sede da Pastoral para assistir aos cursos oferecidos, lanche, usara internet ou receber as terapias promovidas por lá, como auriculoterapia, sem necessariamente se voltarem para discussões políticas, a presença na oficina promovida pelo *Clã das Lobas* também ocorreu dessa maneira. Jade e Lorena, que estavam ali como promotoras do evento, além daicineira convidada, não trataram de temas ligados à política e à militância.

A forma como o trabalho sexual se organiza na região da Guaicurus em Belo Horizonte, não propicia o encontro das trabalhadoras, posto que, em geral, elas ficam nos hotéis apenas

para os programas. Há aquelas que dormem por lá, mas, na maioria das vezes, são as que vêm de outras cidades/estados e ficam em Belo Horizonte apenas parte do mês (JAYME, et all., 2013). Eventos como esse, certamente contribuem para o encontro entre elas e é possível inferir que contribuem para um sentimento de identificação como trabalhadoras sexuais, ainda mais que, nesses encontros, não se corre o risco de precisarem “mostrar sua cara” ou “dar o seu nome”.

Abaixo fotos do evento. Na primeira, as mulheres estão fazendo uma água perfumada e na segunda a água embalada. A última é a foto da galinhada servida no almoço.





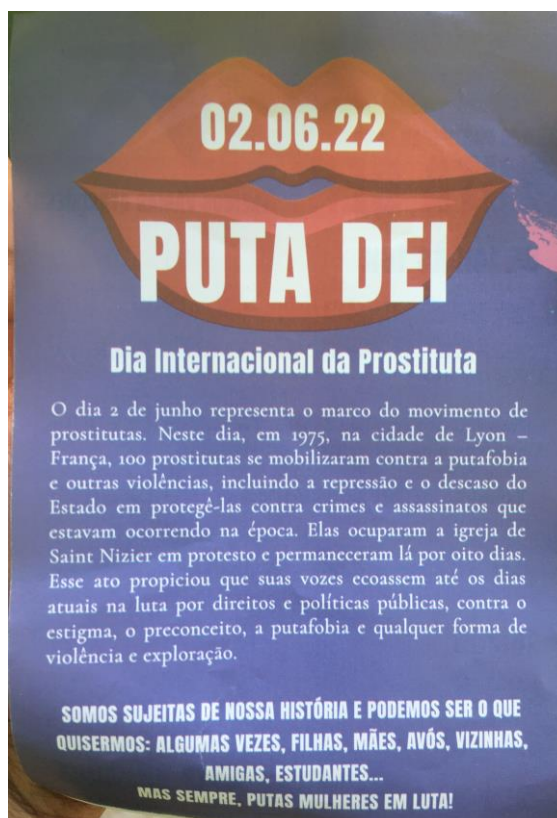
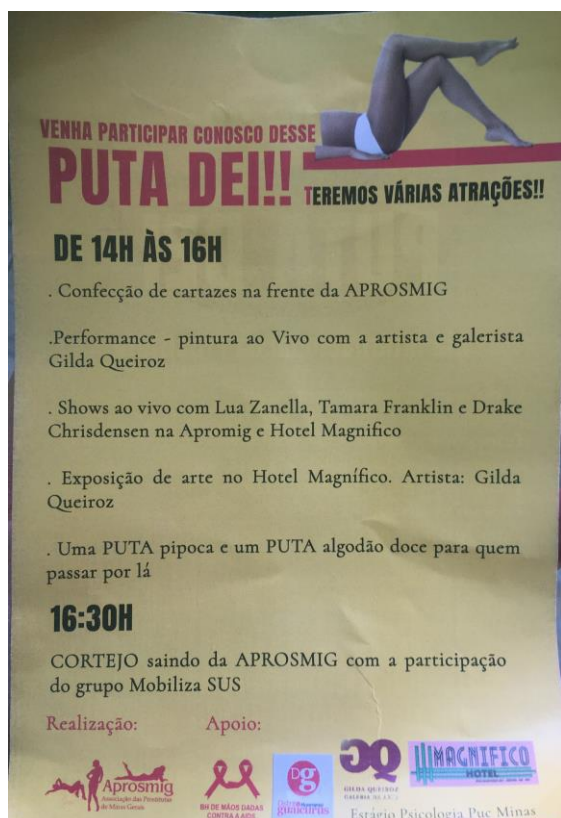
Se a oficina de aromaterapia não trata explicitamente das questões políticas, o *Putá Day*, grafado como *Putá Dei* é o espaço da festa, mas também mobilização política. A ideia é mostrar, de forma alegre e lúdica, as pautas que importam para as prostitutas, nomeadamente, a regulamentação do trabalho sexual, o combate ao estigma, além da saúde integral das mulheres.

No *Putá dei* de 2022, os coletivos *Rebu* e *Clã das Lobas*, O *Movimento Distrito Guaicurus* e o *Projeto Diálogos pela Liberdade* fizeram mobilizações, em parceria e de forma independente. Na sede do *Diálogos* houve sessão de terapias alternativas, tais como auriculoterapia e reiki, além de apresentações artísticas realizadas pelas trabalhadoras sexuais e por outros/as artistas.

Na rua Guaicurus, em frente à sede da Aprosmig, houve shows, distribuição de pipoca e algodão doce e a presença de faixas com frases reivindicatórias que eram estendidas por trabalhadoras sexuais e demais parceiras/os. Ali se fizeram presentes com pessoas, panfletos e falas, as coordenadoras e participantes dos coletivos *Rebu* e *Clã das Lobas*, além do *Distrito Guaicurus*.

No hotel Magnífico havia uma exposição de fotos, e, dessa forma, o hotel ficou aberto para a visitação pública. Além disso, sua fachada foi coberta com “estandartes” do movimento. Abaixo, fotos do *Putá Dei* de 2022, todas de Larissa Andrade.





1.5. Conclusão: ativismo e resistência

Como se sabe, as prostitutas são heterogêneas e o que as une é apenas a atividade laboral e, em alguns casos, o lugar onde trabalham (FONSECA, 1996; PISCITELLI, 2004 e 2012; PASINI, 2005; JAYME, CHACHAM, MORAIS, 2013; RIBEIRO, 2015; BARRETO, 2015, entre outras). Evidentemente que, por isso mesmo, não têm uma mesma representação sobre o tema, diferenciando, inclusive, em relação à denominação da atividade. Algumas usam o termo profissional do sexo, visto como *mais respeitoso*, e não visto como xingamento, como puta. Outras, por outro lado, como Cida, presidenta da Aproximig, querem ressignificar o termo puta, portanto, se denomina como puta. Outras usam trabalhadora sexual, justamente para marcar o fato de que a prostituição é um trabalho. Há ainda outras denominações, como acompanhante e garota de programa.

No entanto, como já foi dito, muitas mulheres não querem (ou não podem) revelar seu trabalho, dado o estigma vinculado à prostituição. Dessa forma, a decisão sobre não apenas explicitar sua profissão, mas também participar de associações e coletivos que lutam por seus direitos, não é fácil, exatamente devido ao estigma. Tanto, que é comum na região da Guaicurus, que as mulheres venham de outras cidades e de outros estados, exatamente para não correr risco de encontrar alguém na zona e a família ficar sabendo.

Em março de 2020, quando a OMS declarou que o mundo vivia em uma pandemia decorrente do Novo Coronavírus, a Prefeitura de Belo Horizonte decretou que só funcionariam na cidade serviços essenciais. Com isso, os hotéis da região da Guaicurus foram fechados e as trabalhadoras sexuais perderam sua renda. Não foram as únicas pessoas a perderem a possibilidade de trabalhar, no entanto, certamente, não há atividade mais estigmatizada do que a delas.

Foram os coletivos *Rebu* e *Clã das Lobas* e a APROSMIG, muitas vezes juntos e em parceria com outros coletivos, que se uniram para promover campanhas de arrecadação de dinheiro, cesta básica, roupas e que também reivindicaram do poder público um espaço que pudesse acolher as mulheres que viviam nos hotéis. Essa mobilização teve início ainda no mês de março e se manteve durante todo o ano de 2020 e parte de 2021, quando os hotéis já estavam funcionando, mas com movimento muito baixo, seja pela crise que resultou da própria pandemia, seja pelo receio da contaminação.

Além das campanhas de arrecadação, houve aquelas relacionadas aos protocolos de segurança para o exercício do trabalho sexual mesmo durante a pandemia, como o uso de máscaras, álcool em gel, além de posições mais adequadas no momento do programa para evitar o contágio. Inclusive, o *Coletivo Rebu* criou uma cartilha com esse objetivo. As coordenadoras dos dois coletivos e a presidenta da APROSMIG têm também relação com o poder público, tais como Secretaria de Saúde e Assistência Social, bem como com ISTs e pesquisadoras/es da temática, o que contribui para as atividades em geral e na pandemia particularmente.

Antes da pandemia, o *Clã das Lobas*, com recursos obtidos de diferentes editais e com o apoio da Aprosmig e de ONGs como a Transvest, idealizou uma casa de apoio às trabalhadoras sexuais que pudesse acolhê-las quando elas tivessem qualquer tipo de necessidade ou em períodos que estivessem impossibilitadas de trabalhar, por exemplo, por doença.

Em entrevista, Jade comenta que as coisas mudaram na região da minha pesquisa de 2009 para cá, no que se refere ao ativismo e às mobilizações.

Tudo mudou, daquela pesquisa que você fez. Esquece, renovou. (...) Tudo mudou, o os coletivos se reinventaram, renasceram. Fizeram igual. Félix saíram das cinzas é isso. Quando eu crio um coletivo, já tinha 70 pessoas. Eu já estava dentro do hotel, dominando praticamente o hotel todo, dominando, assim, né? Porque cê sabe (...) eu fiz dono abaixar, do jeito que tratava a gente. É a ignorância do gerente. Então eu fiz uma parceria. Eu praticamente gerenciava o hotel do lado das meninas, então (...) nós levamos as realidades próxima das mulheres, nós dentro dos hotéis. Eu trabalho dentro do hotel, eu sou mais fácil. (Jade, 17 de novembro de 2021)

Uma questão que ela aponta, é que a partir de 2018, com as ações dos coletivos coordenados por mulheres que trabalham nos hotéis¹⁷, as prostitutas mulheres passaram a conhecer seus direitos.

Nas entrevistas com as trabalhadoras sexuais, cis ou transgêneras, utilizei um roteiro semiestruturado que versava sobre ativismo, feminismo, trabalho sexual e identidade, além dos impactos da pandemia. Todas as mulheres com quem conversei comentaram sobre o estigma em torno da profissão e sobre a importância da regulamentação do trabalho para combatê-lo. Não é surpresa que estigma e a discriminação sejam temas comuns às entrevistas. Apesar de haver uma vasta produção em diferentes campos do conhecimento, sobre a temática do trabalho sexual, a prostituição e as prostitutas ainda são representadas no senso comum, na mídia, nas instituições políticas e em algumas produções teóricas, de modo estereotipado, ora como vítima do patriarcado, ora como um mal necessário, ora como pessoas portadoras e transmissoras de ISTs, ora como quem exerce uma atividade ilegal, apesar de o trabalho sexual não ser crime no Brasil. Ainda, essa atividade, raramente é considerada como trabalho, ainda que figure na Classificação Brasileira de Ocupações desde 2002. Tais representações com certeza contribuem para o estigma que ronda o trabalho sexual e atinge as prostitutas¹⁸ em seus direitos mais básicos, inclusive o de serem ouvidas e o de ter seu trabalho regulamentado (BLANCHETTE, SILVA, CAMARGO, 2014; CAPELA, 2013; PRADA, 2018) e, muitas vezes, o de exercer a própria maternidade, para citar apenas três violações que essas mulheres sofrem.

É claro que as trabalhadoras sexuais não devem ser compreendidas unicamente como mulheres estigmatizadas por seu trabalho. É fundamental salientar, aliás, sua enorme capacidade de resistência. No entanto, o estigma existe e pode ser pensado como violência no sentido geral e violência de gênero particularmente. Santuzza, coordenadora do *Coletivo Rebu*, escreve na contracapa de um calendário realizado como uma ação que visa combater o estigma ligado ao trabalho sexual¹⁹:

De todas as violências que sofremos, a que mais nos dilacera é o estigma. O estigma nos torna invisíveis, nos sujeita a prejulgamentos injustos, tira nossos filhos, nos tira a autoestima, nos impede de lutar por direitos. O Coletivo Rebu como todo o Movimento de Prostitutas do Brasil, vem há anos lutando para que a sociedade nos respeite e nos enxergue como seres humanos, como mulheres, como mães, como avós, como irmãs, como filhas e como trabalhadoras que somos. Este calendário possibilita

¹⁷ Cida, presidenta da Aprosmig, nunca trabalhou nos hotéis da região da Guaicurus.

¹⁸ Apesar de haver prostituição masculina no Brasil, as trabalhadoras sexuais mulheres cis ou transgêneras são as que sofrem mais discriminação.

¹⁹ Foram realizados os Calendários (2021 e 2022) em uma parceria do grupo Inteligência Coletiva e Coletivo Rebu e traz fotografias de trabalhadoras sexuais cis e transgêneras. Disponível em: <http://inteligcolmg.com.br/coletivo-rebu-de-profissionais-do-sexo-fortalecendo-a-luta-contr-o-preconceito-e-o-estigma-social/>

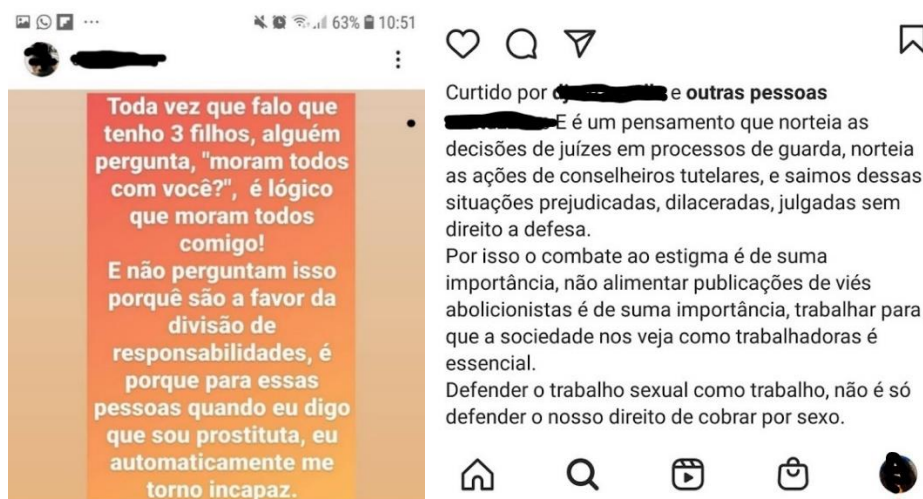
que a sociedade nos olhe despida de preconceitos e consiga nos enxergar da maneira que devemos sempre ser vistas, como mulheres trabalhadoras.

A violência de gênero é explícita no texto de Santuzza, quando ela afirma que o estigma as inviabiliza, tira seus filhos e as desumaniza. Embora ela não evidencie no texto, em minhas conversas com trabalhadoras sexuais já ouvi diferentes vezes que, quando assediadas ou estupradas, ao dar queixa na polícia sejam desacreditadas na delegacia e ouvem que não existe estupro para prostitutas.

O movimento organizado de prostitutas, que existe há quase 40 anos, os coletivos que se formam aqui e ali e que ganham grande visibilidade na internet, especialmente via redes sociais, vêm discutindo essa atividade nos fóruns possíveis e buscam, com isso, desconstruir representações estereotipadas em relação ao trabalho e às trabalhadoras sexuais, reivindicando seus direitos e cidadania (LEITE, 2009; SIMÕES, 2010; CESAR, 2014). Como afirma Gabriela Leite:

Somos contra as teses da direita, que dizem que a prostituta é um mal necessário, e contra as de esquerda que afirmam que prostituta é resultado da sociedade capitalista, passível, portanto, de recuperação pela sociedade ideal. Não somos vítimas, temos que lutar por nossos direitos, nosso espaço, e não continuamos marginalizadas (O *Globo* apud CESAR, 2014, p. 39-40)

As trabalhadoras sexuais da Guaicurus com quem conversei, afirmavam em suas entrevistas, mas também explicitava, em diferentes posts nas redes sociais, o vínculo entre a desregulamentação, o estigma, a violência, a precarização do trabalho e a ideia de que uma prostituta não tem condição de criar filhos/as, ter família, poder alugar um imóvel, fazer uma compra, entre tantas outras atividades comuns e cotidianas. O post abaixo, retirado de uma rede social é um exemplo:



Nas redes sociais, uma discussão também comum se refere aos conflitos entre as trabalhadoras sexuais e as feministas abolicionistas, para quem, as prostitutas, vítimas do patriarcado, deveriam ser auxiliadas para deixarem a prostituição. As trabalhadoras sexuais que acompanhamos nas redes muitas vezes comentam e “repostam” frases das redes de algumas dessas feministas ou fazem comentários em seus *posts*, que são muitas vezes respondidos e comentados. Um comentário comum das prostitutas é que esse tipo de perspectiva contribui para o estigma que elas já sofrem. Ainda, na percepção das prostitutas, a preocupação dessas feministas vincula-se à moral, uma vez que elas não demonstram a mesma preocupação com outros trabalhos também precarizados, como se vê no *post* abaixo, no qual uma trabalhadora sexual ativista responde uma feminista:



Ao contrário do que pauta a perspectiva feminista abolicionista que retrata a prostituição como a pior forma de opressão patriarcal e as trabalhadoras sexuais como vítimas e destituídas de autonomia, é possível observar como essas mulheres têm desenvolvido no interior de diferentes associações como a Aprosmig, e dos coletivos, como o *Clã das Lobas* e o *Rebu*,

estratégias com o intuito de desvelar tal perspectiva. Tais reivindicações requerem a problematização de estigmas que ainda hoje recaem sobre o trabalho sexual. A afirmação dessas mulheres como trabalhadoras sexuais, faz com que elas se afirmem como sujeitos e reivindiquem o protagonismo de sua própria história.

De acordo com os relatos, ficou claro o quanto essa reivindicação configura-se como mais um passo no processo de construção do protagonismo político e da autonomia das trabalhadoras sexuais. Tal como afirma Anna Clua (2015), o fenômeno das redes sociais abre espaço para um novo cenário onde a representação da prostituição dá lugar a novas narrativas em primeira pessoa que se contrapõem à imagem estigmatizada das prostitutas como “vítimas”, “delinquentes” ou “escravizadas” e sempre descrita em terceira pessoa. As imagens retratam um exemplo de apropriação desses meios de comunicação para a constituição de tal ativismo e o protagonismo político das trabalhadoras sexuais.

1.6. Referências

ALVES, Cláudio; MOREIRA, Maria Ignez Costa; JAYME, Juliana Gonzaga. O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos. **Psicologia e Sociedade** (on line) v. 33, p. 1-18, 2021.

BARRETO, Letícia. **Somos sujeitas políticas da nossa própria história:** prostituição e feminismos em Belo Horizonte. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Santa Catarina, 2015.

BARRETO, Letícia. **Prostituição, gênero e sexualidade:** hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Psicologia, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

BLANCHETTE, Thadeus Gregory, SILVA, Ana Paula; CAMARGO, Gustavo. Idealismo alemão e o corpo alienável: repensando a “objetificação” no contexto do trabalho sexual. In: SIMÕES, Soraya Silveira; SILVA, Hélio R. S.; MORAES, Aparecida Fonseca. **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: editora da UFF, 2014.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. **Explosão Feminista:** arte, cultura, política, universidade. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

CAPELA, Gustavo. **O direito à prostituição:** aspectos de cidadania. Dissertação de Mestrado, Brasília: UNB, 2013

CAVALCHE, Ricardo Duque. La Difusión del concepto gentrification en España: reflexión teórica y debate terminológico. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-875.htm>

CESAR, Flávio Cruz Lenz. O Estado da saúde e a doença das prostitutas. In. SIMÕES, Soraya Silveira; SILVA, Hélio R. S.; MORAES, Aparecida Fonseca. **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: editora da UFF, 2014.

CLUA, Anna. La batalla simbólica de las prostitutas. El papel de la comunicación. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo** (RICD), v. 1, n. 1, enero 2015, p. 139-150.

EL DIARIO. Harriet Lerner entrevista Silvia Federici. Mallorca — 1 de abril de 2023. Disponível em [Silvia Federici, pensadora feminista: "La sociedad capitalista nos obliga a vender muchas partes de nosotros"](https://eldiario.es/silvia-federici-pensadora-feminista-la-sociedad-capitalista-nos-obliga-a-vender-muchas-partes-de-nosotros) (eldiario.es) Acesso em 04 de abril de 2023.

FONSECA, Cláudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Estudos Feministas**, V. 4, no. 1, p. 7-34, 1996.

FREITAS, Renan S. **Bordel, Bordéis: negociando identidades**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988 (4ª. Edição).

HELENE, Diana. O Movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as **thWomen's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

JAYME, Juliana Gonzaga; CHACHAM, Alessandra; MORAIS, Mariana. Mulheres da Zona Grande: negociando identidade, trabalho e território. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Revista Latinoamericana, n.14. agosto, 2013 pp.138.163.

JAYME, Juliana Gonzaga. Dos/as clones às mulheres trans e travestis refazendo passos, tecendo memórias de pesquisa. **Arquivos do CMD**, v. 8, p. 252-270, 2020.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

LEITE, Rogério P. “Contra-usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares no Manguetown”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, no. 49, junho/2002.

MOIRA, Amara. O feminismo precisa aceitar as prostitutas. **AzMina** on line. 15 de julho de 2016. Disponível em <https://azmina.com.br/colunas/artigo-amara/> Acesso em 18 de julho de 2019.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse Put(r)a**. São Paulo: Editora Hoo, 2018.

MORAES, Aparecida Fonseca. Gabriela Leite e mudanças nas práticas discursivas sobre prostituição no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 33, nº 70, p.254-279, Maio-Agosto 2020.

PASINI, Elisiane. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cadernos Pagu** (25). Campinas, julho-dezembro, 2005. pp. 185-216.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**. (25),

Campinas, julho-dezembro, 2005: pp. 7-23.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Baderna, 2018.

RAMALHO, Nélon. O trabalho sexual: discursos e práticas dos assistentes sociais em debate. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Revista Latinoamericana, n.12 . dec. 2012. pp.64.91

RIBEIRO, Fernanda Maria Vieira. É possível consentir no mercado do sexo? O difícil diálogo entre feministas e trabalhadoras do sexo. **REIA - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 2, volume 2(2):2015

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostituição, neoconservadorismo e pandemia – o Movimento de Prostitutas e os desafios da Covid-19. **Em Pauta - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 48, v. 19, 2021 p. 169 – 182

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico Sexual – entrevista. *Cadernos Pagu* (21) Campinas, 2003: pp. 157-209.

RUBIN, Gayle. Thinking of sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: CAROLE, Vance (Org.) *Pleasure and Danger: exploring sexuality*. New York: Routledge and Kegan. 1984.

SAMY, Eloisa. Feminismo Radical. In. BUARQUE DE HOLLANDA, H. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SILVA, Paloma; JAYME, Juliana Gonzaga. A vereadora antropófaga, de Pedro Almodóvar: pensando gênero, corpo e desejo. **Contemporânea** (On line), v. 11, p. 435-455, 2021.

SIMÕES, Soraya. **Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

SMITH, Neil. “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global”. In BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

SULZ, Juliana Albuquerque; CARDOSO, Frederico Assis. PUTAFEMINISMO: um caminho pelo direito de todas as mulheres. *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 344-348, junho de 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742019000200344&lng=en&nrm=iso Acesso em 18 de julho de 2019.

ZUKIN, Sharon. “Paisagens Urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: ARANTES, A. A. (org.) **O Espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.